

DUAS REAÇÕES INSTANTÂNEAS À “CARTA ABERTA” DE FRAGA, MALAN E BACHA

*Antonio José Alves Junior¹
Guilherme Narciso Lacerda²*

Introdução

Em meio ao vácuo político e administrativo deixado por Bolsonaro, no fim de 2022, Lula, antes mesmo de tomar posse, começou a negociar a PEC da transição. O orçamento encaminhado para 2023 não só não previa recursos para sustentar o Novo Bolsa Família, prometido pelos dois candidatos que chegaram ao segundo turno, como sequer seria suficiente para assegurar o funcionamento do governo. Não se tratava, portanto, de uma proposta de política expansionista. Era muito menos ambiciosa do que gostaríamos, concentrando-se em evitar o caos.

A modesta iniciativa de Lula, como se poderia imaginar, foi torpedeada pelo “mercado” na primeira hora. Banqueiros, analistas econômicos e seus demais porta-vozes, na política e na mídia, colocaram em primeiro lugar o objetivo de limitar a política econômica do governo de esquerda que ainda não tomara posse. Seu mantra diário foi a velha tese de que não haveria alternativa fora da austeridade, da privatização, da desregulamentação.

Entre as várias manifestações que circularam esse tipo de pensamento, a “Carta Aberta” do trio dos economistas Edmar Bacha, Armínio Fraga e Pedro Malan, intitulada “Vai cair a Bolsa? Aumentar o dólar? Paciência?”, atraiu a nossa atenção. Os três economistas são muito respeitados nos meios financeiros e contam com o *background* de suas passagens marcantes pelos meios financeiros público e privado, e de suas conhecidas contribuições acadêmicas. A opinião dos três, escrita em linguagem bem acessível, e com claro tom de repreensão a Lula, não passaria em branco. A rápida repercussão da “Carta aberta” mostrava que ela se converteria numa peça de propaganda da reação conservadora dos meios financeiros, dispostos a bloquear qualquer inovação mais expansiva do novo governo.

¹ Doutor em Economia pelo IE/UFRJ, Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFRJ e coordenador do ECSIFIN - Laboratório de Economia e Conjuntura do Sistema Financeiro.

² Doutor em Economia pela Unicamp, mestre em Economia pelo IPE-USP. Professor do Departamento de Economia da UFES. Foi diretor do BNDES (2012-2015). Autor do livro “Devagar é que não se vai longe – PPPs e Desenvolvimento Econômico”, publicado pela Editora LetraCapital.

Discordando diametralmente da “Carta Aberta”, publicada em 17 de novembro de 2022, resolvemos manifestar publicamente nossa posição o mais rápido possível. Não apenas consideramos importante sublinhar que a opinião dos três economistas não contava com a unanimidade da categoria, como, também, nos esforçamos para engrossar o coro daqueles que fizeram o que esteve a sua altura para exorcizar as teses da austeridade, especialmente nas condições em que o país se encontrava. Por essa razão, publicamos, já em 18 de novembro de 22, o artigo “Carta de dois simples economistas aos notórios colegas Fraga, Malan e Bacha”, na Carta Capital. Três dias depois, reforçamos nossa oposição com a publicação de “O desemprego vai aumentar? A fome vai continuar? Paciência?”, em 21.11.2023, no site do GGN. São esses dois artigos que são reproduzidos integralmente abaixo.

Carta de dois simples economistas aos notórios colegas Fraga, Malan e Bacha

Olá colegas,

Vocês três são reconhecidos intelectuais que já deram relevantes contribuições ao país. Suas opiniões ressoam nos ambientes assépticos dos mercados financeiros e pautam textos de articulistas e editorias dos grandes canais da mídia corporativa.

Nós somos modestos economistas. Talvez nossas escritas não tenham o alcance das suas. Contudo, também compartilhamos as preocupações de termos um país menos desigual, que resgate dívidas sociais e ambientais que todos sabemos são imensas. Só que nossa visão da dinâmica econômica e da realidade nacional é distinta da de vocês. A palavra chave que nos diferencia não é só pela “percepção”, um termo que está no centro do enquadramento que recomendam na missiva. É também pelos princípios que professam no receituário vetusto.

O teor da carta de vocês ao futuro Presidente Lula nos estimula a fazer algumas observações. Primeiro, é certo que “a responsabilidade fiscal não é um obstáculo ao nobre anseio de responsabilidade social”. Pelo que foi a política econômica dos dois mandatos do Presidente que agora retorna, estamos seguros de que tal princípio não ficará em segundo plano. Fiquem tranquilos quanto a isso.

Segundo, vocês afirmam que o teto de gastos foi “uma tentativa de forçar uma organização de prioridades”. Aqui, é melhor “seguirmos devagar com o andor, que o santo é de barro”. Vocês se lembram do que foi o ano de 2016? Sabem como foi cunhado

e espalhado aos quatro cantos o sofismável conceito de “contabilidade criativa” e de “pedaladas fiscais”? Porque o time que tanto admira vocês, de repente, ali pelos idos de 2014 “trocaram a trave do gol” e passaram a pensar só em “dívida bruta” e não em “dívida líquida? Os créditos públicos eram de baixa liquidez? Como eles se comportaram nos anos seguintes? E vamos deixar de lado para não incomodar os leitores com tecnicidades a referência às “operações compromissadas” do BC. Aqui sim temos um movimento da gestão da política econômica tão peculiar, brasileiríssimo, e com elevado poder corrosivo de nossas finanças públicas. Mas, sobre isso vocês não debatem e desdenham daqueles que o fazem.

Há um ponto que nos traz curiosidade. Vocês afirmam que, por aqui, o governo é tido como um mal pagador. Como assim? Por que, há menos de um ano a curva de juros real estava abaixo de um terço do que passou a estar em uma escalada de elevação tão veloz para corrigir o tal “hiato inflacionário”? A inflação que se manifestou foi derivada de uma pressão de demanda cujo remédio inexorável teria de ser na dose em que foi aplicado para domar as expectativas? Havia dificuldade antes para a administração da dívida pública? Podem nos explicar os fundamentos associados às variáveis do modelo que levaram às medidas tomadas? Sabem quanto a mais de recursos públicos está sendo sugado do orçamento PÚBLICO? Ou essa explicação é muito complexa e não faz sentido demonstrar que tal percepção é apenas uma constatação da realidade? *Ipsum factum est.*

Estamos de acordo que o mercado bursátil é importante para a economia, como fonte de financiamento. Mas, convenhamos que vocês não precisavam incensá-lo tanto. Até um aluno do 2º ano do bacharelado de nossa sinistra ciência sabe os canais comunicantes da economia real e o circuito financeiro. Mas se tal aluno estudar direitinho concluirá, ao final do curso, que a financeirização de nossa economia é distorcida frente aos parâmetros internacionais. E não foi por indisciplina fiscal de 2003 a 2013.

Uma coisa que nos chama a atenção: não vimos carta de vocês diante dos feitos implacáveis do receituário *guediano*. Vocês realmente acham que estamos vivendo uma realidade normal de uma mera troca de bastão? Difícil acreditar. Onde vocês estavam diante de mais de R\$ 700 bilhões de gastos “extra teto” em quatro anos, a maior parte após o auge da pandemia, diretamente para se criar uma nova percepção (de novo, ela) e tentar ganhar um jogo “na mão grande”?

Ilustres economistas, já faz muito tempo um de vocês cunhou a expressão “Belíndia” para expressar a vergonhosa realidade daquele tempo em nosso país. Passadas mais de cinco décadas, e o que temos? A geração de vocês, a nossa geração, fracassou. Temos que reconhecer isso. Os postulados de vocês são os mesmos de antes. Não deu certo. O grande físico dizia que burrice é “continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes.” Então, tenham um pouco mais de cuidado ao formular suas prescrições.

Enfim, com certeza vocês se lembram daquela expressão que já virou lenda, de um colega nosso do norte e assessor do Sr. Cliton, ao afirmar “é a economia, estúpido” na disputa eleitoral nos idos de 1990. Pois, por aqui, dessa vez, foi um pouquinho diferente. Foi desrespeito e uma afrontosa agressão a nossos pilares democráticos, somada a uma implacável insensibilidade com o sofrimento da maioria de nosso povo.

Perdão, mas vocês se enganam se acham que tal afirmação é mera retórica e não tem nada a ver com os parágrafos de vocês. As mensagens de vocês são velhas e fortes, mas erradas. Elas estão conectadas à concepção de equilíbrio estático, *walrasiano*, na linha do que a história mostra ter sido na “era vitoriana”.

Na verdade, achamos, sinceramente, que a missiva de vocês é imprópria e está fora de lugar. Querem impor princípios de política econômica a um líder político que, pela sua história e pelo que alcançou, merecia um pouquinho mais de respeito.

Já fomos longe. Escrevemos mais que vocês, pois não carregamos a mesma aura. Mas, não podemos deixar de lhes dizer: a carta de vocês nos remete a lembrar do grande Saramago, quando se comemora o seu centenário. Ele se notabilizou tão bem em mostrar os “desgovernos do mundo” a partir dos impulsos humanos, alguns de grandes alcances, outros nem tanto.

Menos, ilustres economistas. Fiquem calmos que nosso país será reconstruído, a partir de “credibilidade, estabilidade e previsibilidade”. Três palavras singelas expressadas por quem tem autoridade de sobra para consolidar “novas percepções” para o mercado, mas muito mais relevante para se perseguir a construção de uma nação.

O desemprego vai aumentar? A fome vai continuar? Paciência?

Passados os primeiros momentos da eleição de Lula, grupos que aderiram à frente ampla contra o profascismo começaram a disputar os rumos da política econômica. O

jogo bruto sempre chama a atenção, ainda que não seja a exceção. Mas, desta vez, os movimentos estão acelerados ao extremo. O que se testemunha, diariamente, é um enfileiramento, por toda a mídia, de economistas e analistas ligados ao mercado financeiro criticando a equipe do governo provisório (é isso mesmo, Lula já é o presidente) e se revezando para defender a contenção do orçamento público, com variados argumentos. São falas dramáticas sobre o combate ao Leviatã, passando pela identificação do crescimento do Estado à corrupção – uma prova de que o *lavajatismo* ainda conta com torcida – até a perspectiva aparentemente técnica da defesa da austeridade expansionista em primeiro lugar.

Antes de tecer mais considerações sobre as resistências à proposta de reajuste do orçamento é conveniente destacar o escancaramento da natureza classista que essas intervenções ganharam, vetando políticas econômicas e nomes para integrar equipes técnicas. Por exemplo, Luiz Stuhlberger, um importante gestor de fundos, lembra uma liderança política clamando, em entrevista à CNN, que Lula se elegeu para governar para todos, não apenas para os eleitores do PT. “Os financistas também são filhos de Deus”, teria faltado dizer.

Na mesma toada, Armínio Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan, economistas que deixaram marcas relevantes no debate intelectual brasileiro, com passagens por órgãos do Estado e pelo sistema financeiro privado, engrossaram esse coro. Em carta-aberta ao Presidente Lula, repetem que não é sensato ter paciência com os humores de curto-prazo dos mercados e que é um erro não pautar a política econômica pelos movimentos bruscos dos juros, da bolsa e do dólar. Afinal, os mercados financeiros são feitos de “muita gente séria e trabalhadora, presidente”. É preciso respeitar o Teto dos Gastos!!! Essa é a mensagem que ressoa pelo texto todo.

Por detrás dessas defesas apaixonadas a razão aparece na forma da defesa da “austeridade expansionista”, que normalmente vem acompanhada do viés ideológico contra a cobrança de impostos (especialmente dos mais ricos!). Advoga-se que o corte dos gastos públicos é o caminho para reduzir a dívida pública. E, ainda, que reduzi-la é o caminho para estabilizar o dólar, azeitar as bolsas e reduzir os juros, estimulando investimento e o crescimento. Esse seria, portanto, “o” caminho para proteger o interesse dos mais pobres. Claro, implícito está o pedido de paciência de longo prazo para que os delicados mecanismos de mercado possam operar.

Mas, é mesmo necessário termos paciência para executar as políticas econômicas que a sociedade espera e atuarmos com rigorosa parcimônia para não espantar os mercados?

A tese da austeridade expansionista está por aí há muito tempo, o que lhe dá uma impressão de validade. Mesmo fazendo estragos, principalmente para os mais pobres, conquistou muitas mentes e corações dos que passam pelos telejornais, se elevando à categoria de um mantra, repetido sem que se exija amparo teórico ou empírico. Mas, se for testada, essa fé não resiste.

Do lado da lógica, o corte dos gastos públicos enfraquece a prestação de serviços públicos, danando diretamente a população que mais depende deles. A consequência é a redução da demanda por bens e serviços, com menos obras, menos compras de medicamentos e equipamentos. Daí, atinge-se o ambiente de negócios, com desestímulos ao investimento, à produção e ao emprego. Na sequência, atinge-se a própria arrecadação pública, favorecendo apelos subsequentes por mais e mais cortes e reformas. Esse tem sido o ciclo vicioso de nossa economia há anos, só rompido quando se adotam medidas diretas para tracionar a roda do investimento a partir da ação proativa e sensata do governo federal. Portanto, para as economias com alta desigualdade e de baixo crescimento como o Brasil, a proposta de prioritariamente fazer superávits primários privilegiando cortes de gastos é um desastre para os pobres, para as finanças do Estado e para os próprios mercados.

A tese da austeridade expansionista também carece de comprovação empírica. E não é preciso ir longe. Olhemos para o nosso umbigo. Por exemplo, na “Carta-aberta ao Presidente” insiste-se que os juros são altos porque o governo, endividado que está, é percebido como um mau pagador. Mas, como assim? De 2015 até 2021, a dívida pública subiu enquanto os juros caíram. De 2021 para cá, os juros deram um salto, enquanto a dívida caiu! Seria o governo um bom pagador quando a dívida subia? Teria deixado de sê-lo depois, quando a dívida passou a cair?

Não há só esse caso. Há muitos outros paradoxos já listados na história que permitem não os classificar como eventos atípicos. O fato é que onde a perseguição da austeridade a qualquer custo prospera, acaba a prosperidade, restando uma trilha de desastres que acaba sendo justificativa para novas doses de contenção. Portanto, a

invocação para limitar o atual orçamento público é uma medida não apenas arriscada, mas contrária aos interesses do país.

É preciso virar essa página. A hora é de enfrentar os problemas reais e urgentes, sem temer fantasmas e as mistificações. Há um crescente consenso sobre a necessidade de reparar a devastação de políticas públicas ocorrida nos últimos anos. A queda do investimento público, a corrosão dos salários e os seguidos cortes nas despesas de custeio atingiram de frente a prestação dos serviços públicos e o desenvolvimento econômico. Há um consenso de que é imperativo consertar o grave quadro social brasileiro, marcado pelo fraco mercado de trabalho, pelo crescimento da população nas ruas e pela volta da fome. Para enfrentar tal realidade é fundamental retomar os investimentos públicos e privados em uma economia há muito estagnada. Portanto, a pergunta que deve se impor é como enfrentar essas missões civilizatórias. E deve-se reconhecer que a resposta não é simples.

É mesmo preciso ter calma e paciência, mas com os arroubos das vozes fortes dos mercados financeiros! A pobreza, a fome e a estagnação é que não podem mais esperar. Nosso país será reconstruído a partir de políticas econômicas responsáveis, inseridas numa perspectiva de expansão dinâmica. Equilíbrios macroeconômicos resultarão de uma renovada sintonia dos agentes econômicos e os formuladores das políticas públicas. O lema é **“credibilidade, estabilidade e previsibilidade”**. Três palavras singelas expressadas por quem tem autoridade de sobra para consolidar “novas percepções” para o mercado, mas muito mais relevante para se perseguir a construção urgente de uma verdadeira nação.